

DESAFIOS DO NAPNE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

NAPNE CHALLENGES IN INCLUSIVE EDUCATION AT THE FEDERAL INSTITUTE OF BRASÍLIA

Ataanderson Gomes Silva ¹
Francisco Hélio Caitano Pessoa ²
Uguiarlem Ribeiro Durães ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a estrutura atual do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais e Específicas (NAPNE) do Instituto Federal Campus Brasília e suas limitações na efetivação da garantia da melhoria das políticas e práticas de inclusão no IFB de alunos com deficiência e necessidades especiais. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa de cunho exploratório, em que foram entrevistados 5 indivíduos (entre profissionais do NAPNE; alunos, e monitores dos Campus). Teve como instrumento de pesquisa entrevistas semiestruturadas. Utilizou o método de análise de conteúdo Bardin, organizado em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Resultados: as categorias mais presentes foram organizadas em temáticas: Panorama do NAPNE no IFB; Análise dos Recursos e Dinâmica de Funcionamento do NAPNE; e os Desafios Operacionais. Os obstáculos operacionais que o NAPNE enfrenta no IFB são desafiadores e demandam uma estratégia integrada para serem superados. As ações futuras para promover a inclusão no IFB devem contemplar iniciativas a curto, médio e longo prazo, que vão desde o fortalecimento do NAPNE até a criação de diretrizes amplas para

¹ Possui graduação em Tecnologia de Redes de Computadores pelo Instituto Científico de Ensino Superior e Pesquisa - Unicesp (dezembro/2008), graduação em Administração pela Associação Internacional de Educação Continuada - AIEC (julho/2013) pós-graduado em Gerenciamento de Projetos PMBOK pelo Instituto Científico de Ensino Superior e Pesquisa - Unicesp (julho/2008). Cursando Licenciatura de Educação Profissional para Diplomado pelo Instituto Federal de Brasília - Campus Samambaia - IFB (agosto/2025). ataanderson@googlegmail.com

² Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão (julho/1996), mestrado em Geotecnia pela Universidade de Brasília (janeiro/2004) e doutorado em Geotecnia pela Universidade de Brasília (julho/2012). Atualmente é auditor de controle interno (iniciou em março/2010), na Controladoria-Geral do Distrito Federal. Tem experiência na área de Engenharia Civil e Auditoria de Obras Públicas, com ênfase em Rodovias; Projeto e Construção, Obras de Edificações e Orçamento, atuando principalmente nos seguintes temas: orçamento, rodovias, avaliação, pavimentos e estabilização de solos (solo-cal, solo-cimento, solu-emulsão)

³ Mestre em Saúde Coletiva (Universidade de Brasília); Especialização em Transtorno do Espectro Autista pela Faculdade Iguazu; Especialização em Direitos Humanos e Ressocialização pela Faculdade Única de Ipatinga; Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (ESCS/FEPECS, SES-DF); Especialista em Saúde da Família – título concedido pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Especialização em Políticas Públicas para População em Situação de Rua. Terapeuta Ocupacional (UnB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4950-7705>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4518496037087671> . uguiarlem@gmail.com

acessibilidade e permanência dos alunos. É essencial reforçar o NAPNE e implementar políticas organizadas para assegurar que os estudantes com deficiência e necessidades educacionais não apenas tenham acesso à educação, mas também oportunidades e condições apropriadas para seu aprendizado e desenvolvimento no meio acadêmico.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência; Inclusão Educacional; Educação Especial.

ABSTRACT

This article aims to analyze the current structure of the Center for Assistance to People with Special and Specific Needs (NAPNE) of the Instituto Federal Campus Brasília and its limitations in ensuring the improvement of policies and practices for inclusion in the IFB of classes with disabilities and special needs. This is a qualitative study of an exploratory nature, in which 5 individuals were interviewed (including NAPNE professionals; students, and monitors from the Campus). The research instrument used was semi-structured interviews. The Bardin content analysis method was used, organized into three phases: 1) pre-analysis; 2) exploration of the material; and 3) treatment of results, inference and interpretation. Results: the most present categories were organized into themes: Panorama of NAPNE at IFB; Analysis of NAPNE Resources and Operating Dynamics; and Operational Challenges. The operational obstacles that NAPNE faces at IFB are challenging and require an integrated strategy to overcome. Future actions to promote inclusion at IFB must include short, medium and long-term initiatives, ranging from strengthening NAPNE to the creation of broad guidelines for student accessibility and retention. It is essential to reinforce NAPNE and implement organized policies to ensure that students with disabilities and educational needs not only have access to education, but also opportunities and conditions for their learning and development in the academic environment.

Keywords: Person with Disability; Educational Inclusion; Special Education.

Data de aprovação: 18/02/2025

1 INTRODUÇÃO

Nos tempos hodiernos, a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no nosso país parece responder a uma demanda que emergiu de um longo período de exclusão e segregação, e, por conseguinte, inviabilizava o pleno desenvolvimento das pessoas vistas como incapazes.

A educação inclusiva é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade equitativa e justa. Dentro desse contexto, o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais e Específicas (NAPNE) desempenha um papel crucial ao oferecer suporte e adaptações necessárias para garantir a acessibilidade e a permanência dos estudantes com deficiência no ensino técnico e superior. No Instituto Federal de Brasília (IFB), a implementação do NAPNE tem sido uma iniciativa essencial para assegurar que os princípios da inclusão educacional sejam efetivamente aplicados, permitindo que estudantes com diferentes tipos de deficiência tenham condições de aprendizado e desenvolvimento compatíveis com suas necessidades individuais.

As portarias, decretos e leis, somados à Política Nacional de Educação Inclusiva do ano de 2008, culminaram no Decreto n.º 7611, que reforça a proposta da oferta da educação especial preferencialmente na rede regular de ensino a pessoas com deficiência, destacando a oferta de apoio necessário para garantir uma educação efetiva e eliminar as barreiras que impedem a escolarização. A oferta da educação especial, nesse contexto, se dá por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), cuja função é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, especialmente nas salas de recursos multifuncionais. Esse atendimento complementa a formação dos alunos e não deve ser visto substitutivamente ao ensino regular (BRASIL, 2011; 2008).

No Brasil, o direito educacional à pessoa com deficiência entrou em vigor somente em 2015, quando foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é clara e objetiva, onde é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A inclusão é exclusivamente voltada ao público excluído, alunos com alguma dificuldade ou necessidades educativas especiais. A inclusão nas escolas do Brasil iniciou-se com a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação, desde então, as escolas regulares passaram a incluir pessoas com deficiência (HERGINZER e CALVE, 2021; FRAZÃO, 2019).

No que tange, o Governo Brasileiro criou políticas e diretrizes que proporcionaram as condições de acesso aos espaços e aos recursos pedagógicos necessários à inclusão. Além disso, viabilizavam ferramentas que apoiam os profissionais na atuação e na compreensão da inclusão escolar, bem como no processo de organização da aprendizagem com vistas à valorização das diferenças, para atender às necessidades educacionais dos alunos. Tais políticas incentivam a formação de professores para o atendimento especializado das crianças com deficiência e necessidades educacionais específicas, além de programas de incentivo da participação da família e das comunidades na escola (BRASIL, 2008).

A partir da criação dessas políticas públicas, Garcia, Bacarin e Leonardo (2018), apontam que a escola possui o compromisso do atendimento à diversidade humana. Desta forma, é preciso adaptar-se às necessidades individuais de seus alunos e, não excluir aqueles julgados como “diferentes”, o que reflete no ensino-aprendizagem e nas relações interpessoais estabelecidas no contexto escolar. Essa mudança paradigmática, por sua vez, ocasiona a construção e desconstrução de crenças acerca das deficiências e suas (em)possibilidades.

O reconhecimento de suas deficiências é essencial para que se possam traçar estratégias mais eficazes e sustentáveis de inclusão educacional. Além disso, a produção deste trabalho tem o potencial de fomentar discussões na comunidade acadêmica, incentivando uma maior mobilização de gestores, docentes, estudantes e demais agentes envolvidos no processo educacional para atuar de forma mais ativa na implementação de medidas inclusivas.

Desta forma, valho salientar que o tema se justifica não apenas pela necessidade de garantir o cumprimento da legislação vigente sobre educação inclusiva, mas também pela importância de assegurar que estudantes com deficiências tenham acesso igualitário ao ensino e possam desenvolver plenamente suas potencialidades acadêmicas e profissionais. Mediante o exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a estrutura atual do NAPNE e suas limitações na efetivação

da garantia da melhoria das políticas e práticas de inclusão no IFB de alunos com deficiência e necessidades especiais.

Trata-se de estudo de abordagem qualitativa de cunho exploratório. A pesquisa foi realizada no IFB Campus Samambaia e Brasília. Foram selecionados 5 indivíduos (entre profissionais do NAPNE; alunos, e monitores dos dois campis). A coleta de dados e as entrevistas aconteceram entre os meses de outubro a dezembro de 2024, tendo como instrumento a entrevista semiestruturada. A entrevista também possibilita que o sujeito de pesquisa alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias para que sua participação contribua para o enriquecimento da investigação. Foi marcado um encontro com cada participante, as entrevistas foram gravadas, mediante concordância do participante, e duraram em torno de 15 a 30 minutos. Os áudios das entrevistas foram transcritos, analisados e categorizados.

A técnica escolhida para tratamento, análise e interpretação dos dados foi a da análise de conteúdo de Bardin (2016), organizada em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Os aspectos éticos foram respeitados, conforme a Resolução nº 466/2012 do CNS para pesquisas com seres humanos (Brasil, 2012), no que diz respeito ao sigilo, anonimato, consentimento livre e esclarecido e liberdade de desistir a qualquer momento da pesquisa. Manteve-se a identidade dos entrevistados em absoluto sigilo, a fim de protegê-los de quaisquer constrangimentos; logo, para identificá-los, foram utilizados pseudônimos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO:

As narrativas dos participantes acerca das vivências no Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais e Específicas – NAPNE e suas limitações na efetivação da garantia da melhoria das políticas e práticas de inclusão no IFB de alunos com deficiência e necessidades especiais, foram organizadas em categorias temáticas: Situação atual do NAPNE no IFB; Análise dos Recursos e Dinâmica de Funcionamento do NAPNE; Desafios operacionais

2.1.1 Panorama do NAPNES no IFB:

Os entrevistados narram a partir de suas experiências o processo de vivência diante da atual situação do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais e Específicas (NAPNE) no Instituto Federal de Brasília (IFB), visto que a experiência reflete uma realidade multifacetada, permeada por desafios estruturais, operacionais e administrativos, que pode ser observada no discurso abaixo:

“O NAPNE é de grande relevância, e sua função é essencial no atendimento de estudantes com deficiências e necessidades educacionais específicas. Mas a sua atuação é limitada por questões como a carência de recursos financeiros, a insuficiência de profissionais especializados e a falta de infraestrutura adequada para garantir um suporte efetivo e contínuo aos alunos (Rosa)”.

As limitações apresentadas anteriormente, reforça a necessidade de melhoria em alguns pontos. A falta de profissionais especializados é essencial para a qualidade do serviço ofertado pelo NAPNE. Vilaronga *et al.* (2021) argumentam que, na maioria dos IFs, ainda existe o questionamento sobre a falta do apoio educacional especializado previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. De acordo com essa política, para garantir os direitos dos alunos nesse contexto, é obrigatória a presença da figura do professor de educação especial.

A falta de estrutura e profissionais qualificados, esbarram em outro ponto, que é a não assistência a demanda dos alunos com necessidades educacionais especiais, como podemos observar abaixo:

“O NAPNE do IFB atende aproximadamente 75 estudantes, distribuídos entre diferentes cursos e modalidades de ensino. No entanto, a demanda real pelo suporte do núcleo é significativamente maior, considerando o número de alunos com necessidades educacionais especiais que, por diversas razões, não conseguem ser devidamente assistidos. Essa discrepância entre a demanda e a capacidade de atendimento reflete um dos principais problemas enfrentados pelo NAPNE: a escassez de recursos humanos e materiais para garantir um atendimento de qualidade (Juliana)”.

Consoante ao apresentado pela entrevistada acima, Soares (2015) em sua pesquisa aponta que foram constatadas muitas dificuldades desde a implantação e

consolidação de uma educação profissional inclusiva às arquitetônicas, de ingresso e pouco envolvimento da administração, problemas de infraestrutura física, falta de recursos materiais e humanos, financeiro, entre outros ao que concerne à inclusão.

A falta de recursos humanos, causa uma sobrecarga na equipe do NAPNE e no processo de trabalho da mesma, como podemos observar nos discursos abaixo:

“A equipe do NAPNE é composta por uma coordenadora, uma psicopedagoga e um pequeno grupo de voluntários e monitores. A coordenadora é responsável pela gestão do núcleo, incluindo a elaboração de documentos institucionais, o encaminhamento de processos administrativos e a mediação com a direção do campus. No entanto, devido ao acúmulo de funções, sua atuação é frequentemente sobrecarregada, o que compromete a eficiência do atendimento. A psicopedagoga, por sua vez, desempenha um papel fundamental no suporte pedagógico aos estudantes, realizando atendimentos individualizados e orientando professores sobre práticas inclusivas. Apesar de sua importância, a presença de apenas uma profissional para atender toda a demanda existente se mostra insuficiente, tornando inviável a realização de um acompanhamento contínuo e eficaz para todos os alunos que necessitam do serviço. (Rodrigo)”.

“A sobrecarga dos funcionários é outro problema que merece destaque. Tanto os servidores de carreira quanto os profissionais terceirizados enfrentam dificuldades em conciliar suas funções regulares com as demandas do NAPNE. A falta de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais especializados, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e pedagogos com experiência em educação inclusiva, compromete a capacidade do núcleo de oferecer um suporte adequado aos estudantes (Tamires)”.

No que tange, Medeiros (2017) e Bezerra (2018) apontam em suas pesquisas que além do agravante pela impossibilidade de atuação mais específica dos servidores em relação ao NAPNE devido à sobrecarga destes com outras atividades e que há a necessidade de ampliar a quantidade desses professores na instituição, pois há uma sobrecarga de atribuições a esses profissionais bem como a falta de uma regulamentação específica da carga horária para o AEE.

Por outro lado, há uma sobrecarga de trabalho destes no núcleo e no exercício da docência. Há também problemas com a alta rotatividade de coordenadores no NAPNE e a dificuldade na infraestrutura para atendimento multiprofissional. O que é enfatizado na fala a seguir:

“A infraestrutura física do NAPNE também representa um desafio significativo. Atualmente, o núcleo opera em um espaço limitado, sem os recursos adequados para atender às demandas específicas dos estudantes com deficiência. A falta de salas adaptadas, materiais didáticos acessíveis e equipamentos especializados dificulta a implementação de estratégias eficazes de inclusão. Além disso, a ausência de uma sala de recursos multifuncional impede que os alunos tenham acesso a um ambiente apropriado para o desenvolvimento de suas habilidades e para a realização de atividades que demandam adaptações específicas (Clauber)”.

Vilaronga *et al.* (2021), citam-se que além dos problemas pedagógicos, há os contribuidores de dificuldades nas questões de estrutura física, a maioria dos NAPNEs e aos poucos espaços de AEE não há salas próprias para realizar os trabalhos, falta equipes multiprofissionais, materiais adequados às limitações devido às deficiências, falta de formação continuada aos docentes acerca da inclusão, e quanto ao acesso nos processos seletivos, falhas de comunicação e execução nas cotas dos editais. Que pode ser observado na fala do entrevistado abaixo:

“Além das dificuldades estruturais e administrativas, o NAPNE também enfrenta desafios relacionados à sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica. Muitos professores e servidores desconhecem as diretrizes de acessibilidade e inclusão, o que resulta em práticas pedagógicas inadequadas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. A falta de formação continuada para docentes e técnicos administrativos agrava esse cenário, reforçando a necessidade de ações sistemáticas para capacitação e conscientização da equipe acadêmica sobre a importância da inclusão (Rodrigo)”.

Cavalcante, Silva e Lemos (2021), e Freitas (2019) argumentam que fica evidente a necessidade de uma criação de uma política de capacitação profissional, acessibilidade pedagógica, comunicacional e atitudinal que precisa ser solidificada na

instituição. Visto que o NAPNE tem múltiplas funções, não só no atendimento aos estudantes, mas na orientação aos professores, na oferta de capacitações que desenvolvam a atuação da comunidade interna ao apoio e atendimento aos estudantes com deficiência e na orientação que se refere à adaptação de materiais didáticos para as diversas necessidades dos estudantes.

2.1.2 Análise dos Recursos e Dinâmica de Funcionamento do NAPNE

A análise dos recursos financeiros, humanos e estruturais do NAPNE do IFB é fundamental para compreendermos a capacidade operacional do núcleo e suas limitações. O funcionamento do NAPNE depende de um conjunto de fatores que interagem entre si, influenciando diretamente a qualidade do atendimento prestado aos estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais. Essa análise abrange desde a destinação orçamentária até a gestão dos recursos humanos, passando pela infraestrutura física e a utilização de tecnologias assistivas. Tais fatores são apontados abaixo:

“O orçamento destinado ao NAPNE tem sido um dos principais desafios enfrentados pelo núcleo. Nos últimos anos, a maior parte dos recursos financeiros tem sido alocada para o pagamento de bolsas de monitores, que desempenham um papel essencial no suporte aos estudantes atendidos pelo núcleo. No entanto, essa estratégia tem limitações, pois a dependência exclusiva de monitores estudantes não substitui a necessidade de profissionais especializados em educação inclusiva, como pedagogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais (Juliana)”.

Teófilo (2019) em sua dissertação aponta que há ausência de disponibilidade orçamentária, recursos humanos específicos, estrutura física e há também, a necessidade de aprimorar o planejamento e acompanhamento das políticas empreendidas com vistas para a educação inclusiva. Outro fator importante é a possibilidade de inserir outras profissões afim de ampliar o leque de oferta e a efetivação das políticas de inclusão.

Por outro lado, é necessário fazer maior investimento para implementar um ambiente com mais acessibilidade, como pode ser observado na fala abaixo:

“A escassez de recursos impacta diretamente a possibilidade de investimentos em infraestrutura e capacitação profissional. Sem um orçamento adequado, torna-se inviável a aquisição de materiais didáticos adaptados, softwares especializados para atendimento de alunos com deficiências visuais e auditivas, bem como a implementação de um ambiente acessível e inclusivo. Dessa forma, a falta de investimentos compromete a efetividade das ações do NAPNE e a permanência estudantil de muitos alunos (Rosa)”.

Cabe salientar, que segundo Anjos (2006), o NAPNE é responsável por articular as ações que buscam a garantia de acessibilidade às pessoas com “necessidades educacionais especiais” ou “específicas” e a tentativa de solidificação de uma cultura de respeito à diversidade, tendo como meta a eliminação das barreiras que impedem o desenvolvimento desses estudantes na formação profissional.

Além dos recursos financeiros, outros aspectos que devemos nos atentar estão relacionados aos recursos humanos, como podem ser observadas nos discursos a seguir:

“A equipe do NAPNE atualmente é composta por uma coordenadora, uma psicopedagoga e um número reduzido de monitores voluntários. Essa configuração se mostra insuficiente para atender às demandas crescentes do núcleo. A falta de profissionais especializados impede que muitos estudantes recebam o acompanhamento adequado, resultando em dificuldades acadêmicas e até mesmo na evasão escolar (Clauber)”.

“A ampliação do quadro de funcionários do NAPNE é uma medida essencial para garantir que o núcleo possa oferecer um atendimento adequado e contínuo. A contratação de profissionais especializados e a valorização dos servidores que já atuam no núcleo devem ser prioridades dentro da gestão acadêmica do IFB. (Juliana)”.

Os discursos acima, destoam do que defende o autor Pletsch (2009), que destaca que a proposta de educação inclusiva deve ser entendida como um processo abrangente, em que o sistema escolar deve ter condições estruturais espaciais e recursos humanos e financeiros qualificados e que possibilitem a promoção de

condições democráticas para a participação de alunos com necessidades educativas especiais no processo educativo, evitando assim o processo de evasão.

Mediante a tal fato, um dos recursos que podem diminuir a problemática, seria promover maior acessibilidade através das tecnologias assistivas, como relatam os entrevistados:

“A tecnologia assistiva é uma ferramenta fundamental para a inclusão de estudantes com deficiência. No entanto, a falta de investimentos nessa área compromete a implementação de soluções inovadoras no NAPNE. Softwares de leitura de tela para deficientes visuais, sistemas de amplificação de áudio para estudantes com deficiência auditiva e dispositivos de comunicação alternativa para alunos com dificuldades na fala são algumas das tecnologias que poderiam ser incorporadas para melhorar o atendimento prestado (Rosa)”.

“Além disso, a acessibilidade nos espaços físicos do campus deve ser uma prioridade. A instalação de rampas, elevadores, piso tátil e sinalização em braille são medidas fundamentais para garantir a mobilidade dos estudantes com deficiência. Sem essas adaptações, a inclusão educacional permanece comprometida e a autonomia dos alunos é prejudicada (Clauber)”.

Barros (2023), enfatiza que muitos desses alunos dependem de recursos especializados, como tecnologias assistivas, que não estão disponíveis para todos. Isso significa que as adaptações necessárias para a continuidade da aprendizagem desses alunos foram ainda mais complexas. Tal ator ainda aponta que, é necessário disponibilizar recursos e apoio pedagógico adequado, como salas de recursos multifuncionais, tecnologias assistivas e materiais adaptados, para facilitar o processo de aprendizagem desses alunos.

2.1.3 Os Desafios Operacionais

O funcionamento do NAPNE no IFB enfrenta uma série de desafios operacionais que comprometem a plena efetivação das políticas de inclusão educacional. Esses desafios são multifacetados e abrangem desde a sobrecarga da equipe responsável pelo atendimento dos estudantes até dificuldades estruturais, burocráticas e pedagógicas.

Os discursos a seguir, expõem as principais barreiras que impedem que o núcleo atue de forma eficiente e sustentável, sendo encontrado pelo percurso alguns entraves:

“A sobrecarga de trabalho afeta não apenas a equipe do NAPNE, mas também os professores e demais servidores da instituição, que muitas vezes precisam adaptar conteúdos e metodologias sem um suporte especializado. A falta de um atendimento multidisciplinar, com profissionais como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e pedagogos especializados, compromete a capacidade do núcleo de oferecer soluções educacionais eficazes para cada caso (Tamires)”.

Garcia e Vieira (2018), apontam que é necessário a adoção e a implementação de instrumentos e equipamentos são fundamentais para atender às necessidades de seus usuários. De igual modo, são fundamentais o envolvimento e o engajamento profissional de uma equipe multidisciplinar no desenvolvimento e na confecção dos instrumentos e serviços ofertados, já que, como visto, as necessidades enfrentadas pelos usuários são diversas e desse modo envolvem variadas especialidades profissionais que devem trabalhar em sincronia para atender às condições do aluno.

Outro fato apontado por um entrevistado que foi observado é a falta de acessibilidade, como relatado abaixo:

“Além disso, a acessibilidade nos espaços comuns do campus também precisa ser aprimorada. Muitos blocos acadêmicos não possuem rampas, elevadores e sinalização tátil, o que dificulta a locomoção de estudantes com deficiência motora ou visual. Sem essas adaptações, a inclusão plena desses alunos fica comprometida, tornando o ambiente acadêmico excludente e pouco acolhedor (Rodrigo)”.

O discurso anterior vai ao contrário da Lei nº 13.146 de 2015, que versa sobre o Desenho Universal, e prevê ainda a questão da acessibilidade, que concerne a todos, ou seja, pessoas com ou sem deficiência, o direito de acessar rede de informações, de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de

conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida (BRASIL, 2015).

Além dos problemas de barreiras citados anteriormente, outro fator levantado pelos entrevistados, foram relacionados a capacitação e formação continuada, podendo serem observados abaixo:

“Outro grande entrave para o funcionamento eficiente do NAPNE é a falta de capacitação contínua dos docentes e servidores técnicos-administrativos. Muitos professores relatam dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, seja por falta de conhecimento técnico ou por ausência de diretrizes claras sobre inclusão educacional (Rosa)”.

“A criação de programas regulares de formação continuada voltados para práticas pedagógicas inclusivas poderia contribuir significativamente para o aprimoramento do ensino. Esses programas poderiam incluir cursos sobre comunicação alternativa, ensino para alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista), estratégias de ensino para alunos com TDAH, entre outros temas fundamentais para a inclusão efetiva (Tamires)”.

Lisboa (2017), em sua pesquisa constatou que os principais obstáculos para o desenvolvimento do trabalho do NAPNE, nos Institutos Federais, são a falta de recursos, formação/capacitação e dedicação exclusiva dos professores; resistência de servidores (professores e técnicos) ao trabalho do núcleo; baixa sensibilização da comunidade escolar; apoio insuficiente dos gestores; quadro reduzido de servidores; infraestrutura insuficiente e desinteresse institucional.

No que tange, Rocha (2017) salienta a necessidade de capacitação dos profissionais, sobretudo, para atender as reais necessidades de cada educando. O docente é o responsável pela mediação entre o aluno e o conhecimento e deve criar e estimular cenários pedagógicos de modo que os alunos tenham progresso em seu desenvolvimento e ampliem suas capacidades cognitivas, afetivas e de interação social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios operacionais enfrentados pelo NAPNE no IFB são complexos e exigem uma abordagem estratégica e integrada para serem superados. Para garantir um atendimento eficaz, o NAPNE deve adotar diversas estratégias que visam à personalização do ensino e ao suporte contínuo dos estudantes.

As perspectivas futuras para a inclusão no IFB envolvem ações de curto, médio e longo prazo, abrangendo desde o fortalecimento do NAPNE até a implementação de diretrizes mais amplas de acessibilidade e permanência estudantil. A ampliação da equipe, o investimento em tecnologia assistiva, planejamento da infraestrutura acessível, a formação continuada dos professores, a desburocratização dos processos institucionais e a criação de um sistema de monitoramento são medidas essenciais para garantir que o núcleo cumpra seu papel de forma eficiente e inclusiva.

A inclusão educacional é um processo contínuo e não deve ser responsabilidade apenas do NAPNE, mas sim um compromisso de toda a comunidade acadêmica. Para isso, é fundamental que sejam promovidas ações para aumentar o engajamento dos estudantes, professores e servidores no processo de inclusão, promovendo assim, uma transformação cultural duradoura.

Dessa forma, é necessário o fortalecimento do NAPNE, e a adoção de políticas estruturadas, afim de garantir que os estudantes com deficiência e necessidades educacionais tenham não apenas acesso à educação, mas também, oportunidades e condições adequadas para aprender e crescer dentro do ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

Anjos, I.R.S. Programa Tec Nep: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva. **Dissertação de Mestrado**. São Paulo: UFSCAR, 2006, 91 p.

Bardin, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro, Lisboa, Ed. 70, 2016.

Barros, D.B.H.C. As Iniciativas e Medidas Adotadas pelo Governo Federal para a Educação Especial Durante a Pandemia de Covid-19. **Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais)** - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Bezerra, Q. A. O olhar dos profissionais da educação acerca dos processos de escolarização de estudante com deficiência intelectual em curso técnico integrado ao ensino médio. 2018. 148f. **Dissertação (Mestrado)** Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós- Graduação em Educação, Caxias do sul, 2018.

Brasil. Decreto Federal n. 7611 de 17 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

Brasil. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>.

Cavalcante, I.F; SILVA, M.F; LEMOS, E. C. A Função do Núcleo de Assistência à Pessoas com Necessidades Específicas em Cursos de Educação a Distância do Campus Zona Leste do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). **TICs & EaD em Foco**. São Luís, v. 7, n. 2, jul./dez. 2021.

Frazão, C.A.T.O direito ao acesso à educação da pessoa com transtorno espectro autista (TEA) após a Lei Berenice Piana no12.764/12: violação de preceito fundamental ou descumprimento de relação contratual. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73835/o-direito-ao-aceso-a-educacao-da-pessoa-com-transtorno-espectro-autista-tea-apos-a-lei-berenice-piana-n-12-764-12-violacao-de-preceito-fundamental-ou-descumprimento-de-relacao-contratual>.

Freitas, Cristiane Rodrigues. A Inclusão de Alunos Surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: E Agora, o Que Fazer? 2019.137f. **Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro, 2019.

Garcia, R.A.B; Bacarin, A.P.S; Leonardo, N.S.T. Acessibilidade e Permanência na Educação Superior: percepção de estudantes com deficiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. se, p. 33–40, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/035>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/n9MVpKJ5r7fTknh9rVv9rdc/abstract/?lang=pt#>.

Garcia, E.N; Vieira, A.M.D.P. Desafios contemporâneos: o uso da tecnologia assistiva como instrumento facilitador da aprendizagem. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 23, n. 40, set./dez. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Uguiarlem/Downloads/rles,+Art+-+12-269-294.pdf>.

Herginzer, P.; Calve, Educação Inclusiva de Alunos Autistas no Município de Curitiba: uma análise documental. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 10, n. 24, p. 15-26, 2021.

Disponível

em:

<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1717/1395>

Lisboa, R.R.S. Estratégias de implementação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas nos Institutos Federais Brasileiros. **Dissertação. 2017. (Mestrado em Administração)**. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2017.

Medeiros, Bruna de Assunção. O Fazer Pedagógico do Professor de Educação Especial/AEE no Instituto Federal Farroupilha: Desafios da Inclusão. 2017. 160f. **Dissertação (Mestrado)** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Programa de Pós Graduação em Educação em Educação Especial, RS, 2017.

Pletsch, M.D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/?format=pdf&lang=pt>.

Rocha, A.B.O. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaio Pedagógicos**, v.7, n.2, jul/dez. 2017. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAOINCLUSIVA.pdf>.

Soares, G. G. A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN. 2015.153f. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Universidade federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em educação. 2015.

Teófilo, S.V. Os desafios e as perspectivas para Educação Inclusiva: análise acerca da inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste MG. 2019. 117 f. **Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11340/1/sandrovieirateofilo.pdf>.

Vilaronga, C. A. R. *et al.*. Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 283–307, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/CZy8XDFbQgZrYRjmqsgY8bJ/>.